

# ESTUDOS ELEITORAIS

Escola Judiciária Eleitoral do Pará  
CICLO 2021





**DIRETORA**

Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento  
Presidente-TRE/PA

**VICE-DIRETOR**

Dr. Diogo Seixas Condurú- Juiz-Membro TRE/PA

**COORDENADORA DA ESCOLA JUDICIÁRIA**

Elaine Cristina de Jesus Santana da Silva Machado

**SEÇÃO DE FORMAÇÃO CIDADANIA E BIBLIOTECA (SCB)**

Valena Laredo Mendonça Wanzeler  
Faustino Castro Alves Júnior  
Valdízio Rodrigues Ferreira Neto  
Angela Gadelha Ferrão

**CENTRO CULTURAL DA JUSTIÇA ELEITORAL**

Carla Coutinho Ferreira

**ESTAGIÁRIOS**

Elvis Neves (História)  
João Victor Granhen (Biblioteconomia)  
Sofia Lira (Publicidade)  
Tais Luana dos Santos (Design)  
Mateus Barata (Ciências Sociais)

**COLABORADORES**

Lorena Borges  
Luan Alex da Silva

## **ESTUDOS ELEITORAIS - 2021**

### **1. DO OBJETO**

O Programa **ESTUDOS ELEITORAIS – CICLO 2021** tem como objetivo ministrar sob o módulo online e/ou presencial, aulas magnas, palestras, seminários, cursos e demais eventos destinadas à capacitação, qualificação e aperfeiçoamento dos servidores e magistrados do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Pará, membros do Ministério Público Eleitoral, advogados e estudantes, público em geral, atuando na promoção da Democracia, por meio da disseminação da pesquisa e conhecimentos em direito público e eleitoral.

### **2. JUSTIFICATIVA**

O Programa Estudos Eleitorais está inserido dentre as finalidades das Escolas Judiciárias Eleitorais definidas pelo Tribunal Superior Eleitoral: “precipualemente a atualização e a especialização continuada ou eventual em Direito, notadamente o Eleitoral, para magistrados, membros do Ministério Público Eleitoral, advogados e servidores da Justiça Eleitoral, admitida a participação de outros interessados” (Res. TSE nº. 23.620/2020), bem como nas competências para a Escola Judiciária Eleitoral do Pará definida no Regulamento da Secretaria (art. 9º, I, II, III, da Res. TRE/PA nº. 5.622):

- I – Promover a formação inicial e continuada de magistrados, servidores e formadores internos na seara Direito Público, com ênfase no Direito Eleitoral;
- II – Estimular o estudo, a discissão, a pesquisa e a produção científica em matéria eleitoral;
- III – Realizar seminários, encontros, congressos, simpósios, ciclos de palestras e minicursos, destinados ao aprimoramento dos operadores de Direito de forma geral.

### **3. PÚBLICO ALVO**

Juízes membros efetivos e substitutos; procuradores e promotores eleitorais; magistrados; servidores da justiça eleitoral e do judiciário; contadores, advogados; partidos políticos; acadêmicos e público em geral.

#### **4. MODALIDADE DE PARTICIPAÇÃO**

O participante poderá se inscrever pelo portal do TRE-PA (Sistema Gestor de eventos) e o curso será ofertado, em regra, ao vivo, em sala do *google meet* ou plataforma EAD própria do palestrante, e, mediante autorização do professor, gravadas para compartilhamento pelo *youtube* para quem possui *link de Streaming* ou ao vivo; e/ou gravação para disponibilização, por período indefinido ou determinado, no sistema *moodle* do TRE do Pará; ou disponibilização permanente no *you tube*.

Plataforma EAD própria do palestrante.

#### **5. CERTIFICADO**

Terá direito ao certificado quem assinar lista de presença (presencial ou *on line*) e realizar as tarefas avaliativas, este último a depender da metodologia de capacitação.

#### **6. INFORMAÇÕES**

eje@tre-pa.gov.br – 3346-8016/8031/8022

#### **7. CARGA HORÁRIA**

De 2 a 30 horas.

#### **8. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**

R\$ 68.000,00.

#### **9. REALIZAÇÃO**

Tribunal Regional Eleitoral do Pará e Escola Judiciária Eleitoral do Pará

#### **10. INFORMAÇÕES INICIAIS IMPORTANTES PARA A CONTRATANTE**

- ✓ Envio do currículo.
- ✓ Envio de vídeos de eventos que o palestrante tenha participado.
- ✓ Informação do valor da hora-aula ou valor total do curso.
- ✓ Envio de link com postagens e referências ao seu trabalho na internet.

## 11. METODOLOGIA DO CURSO

- ✓ O curso terá uma parte expositiva do tema. O tempo destinado a esta atividade irá corresponder a, no máximo, 60 por cento da carga horária de cada aula.
- ✓ Trazer casos práticos e de aplicabilidade na Justiça Eleitoral: Para a análise de situações concretas e/ou normativas relacionadas aos temas abordados deve ser utilizado as técnicas da metodologia ativa, tais como Estudo de Caso, Simulações, Debates em grupo ou com perguntas e respostas, Oficinas *on line*, respostas de questionários e/ou formulários *on line* e demais estratégias de ensinamento. Essas atividades práticas e reflexivas irão corresponder a, no mínimo, 40 por cento da carga horária de cada aula.
- ✓ O palestrante deve deixar tarefas para os participantes realizarem individualmente ou em grupo, como respostas de questionários e/ou formulários *on line*, com grade de resposta, perguntas teóricas ou com resolução de casos com grade de resposta.
- ✓ Apresentação de sumário do curso com previsão de tempo para cada tópico.

## 12. CRONOGRAMA

### ESTUDOS ELEITORAIS – CICLO 2021

08/04/2021	<p><b>AULA MAGNA</b> de abertura dos Estudos Eleitorais - Ciclo 2021 Luciana Lóssio: “Regra de reserva de gênero de 30% sobre a constituição dos órgãos partidários. Decisão do TSE e tramitação no Congresso Nacional”. Carga Horária: 2h. Às 18h</p>
19 e 20/03/2021	<p>● <b>CURSO: SEGURANÇA E CREDIBILIDADE DO PROCESSO ELEITORAL</b> Juliana de Freitas Dornelas Carga Horária: 3h. Das 14h às 15h30.</p>
3 a 7/05/2021	<p>● <b>CURSO: EXECUÇÃO FISCAL e CUMPRIMENTO DE SENTENÇA</b> Edson Costa Carga horaria: 15h. Das 13h às 16h.</p>
24 a 27/05/2021	<p>● <b>CURSO LGPD: PROTEÇÃO DE DADOS E PRIVACIDADE</b> Samara Castro Carga horaria: 4h. Das 14h às 15h.</p>
7, 9, 10, 14, 16, 17, 21 e 22/06/2021	<p>● <b>CURSO: CRIMES CONEXOS E CAIXA 2</b> Luiz Carlos dos Santos Gonçalves Carga horaria: 20h. Das 13h30 às 16h.</p>
16 a 19 08/2021	<p>● <b>CURSO: UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA</b> Osmar Mendes Paixão Côrtes Carga horaria: 12h. Das 13h às 16h.</p>
13, 15, 20 e 22/09/2021	<p>● <b>CURSO: CONTENCIOSO ELEITORAL DE CASSAÇÃO</b> Frederico Franco Alvim Carga horaria: 10h. Das 13h às 15h30min</p>
1º, 8 15, 22; 29/10 e 5/11/2021	<p>● <b>CURSO: DIREITO ELEITORAL DIGITAL: Eleições 2022 – Novos paradigmas e novos desafios das Eleições 4.0</b> Alexandre Basílio Carga horaria: 30h: 3h por dia das 9h às 12h.</p>
11/08/2011	<p>● <b>SEMINÁRIO: A AUTONOMIA DA JUSTIÇA ELEITORAL FRENTE OS PODERES ELEITOS</b> Painel 01: Papel da Justiça Eleitoral na Democracia: 9h as 12h Painel 02: A autonomia legislativa da justiça eleitoral: 14h as 17h Painel 03: A autonomia Criminal e Executiva dos seus próprio atos: 17h as 19h Coordenação: Diogo Seixas Condurú.</p>
29 e 30/11 e 1º, 2, 6, 7, 8 e 9/12/2021	<p>● <b>CURSO: DIREITO PROCESSUAL PENAL ELEITORAL E SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA</b> Volgane Oliveira Carvalho Carga horaria: 24h. Das 13h às 16h.</p>

## 13. PROGRAMAS

### 1. AULA MAGNA de abertura dos Estudos Eleitorais – Ciclo 2021

**Palestrante:** Luciana Lóssio.

**Tema:** “Regra de reserva de gênero de 30% sobre a constituição dos órgãos partidários. Decisão Dra. Luciana Christina Guimarães Lóssio Presidente da Associação de Magistradas Eleitorais Ibero-Americanas. Ex-Ministra do Tribunal Superior Eleitoral (2011-2017). Membro do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB). Membro do Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral (IBRADE). Presidente da Comissão de Direito Eleitoral do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB). Advogada com atuação nos Tribunais Superiores.

**Valor:** Não será contratada por instrutoria do TSE e tramitação no Congresso Nacional”.

**Data 8 de abril de 2021 às 18h**

**Carga horparia 2h.**

**PERÍODO DE INSCRIÇÕES:** 22 de março de 2021 a 5 de abril de 2021 no site:

<https://www.tre-pa.jus.br/o-tre/seminarios-e-eventos/gestor-eventos>

**PÚBLICO ALVO:** Magistrados, Servidores do Poder Judiciário, Estudantes, Operadores do Direito e Público em Geral

**NÚMERO DE VAGAS:** 100 vagas

**MODALIDADE:** Virtual

**CARGA HORÁRIA:** 2 horas de atividade complementares.

**CERTIFICAÇÃO:** o certificado será disponibilizado eletronicamente no site do TRE-PA – Sistema Gestor de Eventos.

Obs: Transmissão ao vivo no YouTube do TRE-PA (sem certificação).

### 2. SEGURANÇA E CREDIBILIDADE DO PROCESSO ELEITORAL

**Formadora:** Juliana de Freitas Dornelas

Juliana de Freitas Dornelas é servidora da Justiça Eleitoral, lotada no Núcleo de Apoio à Gestão – NPLAG da EJE/TRE-MG. Foi lotada em cartório eleitoral do interior do Minas Gerais por 12 anos e exerceu função de chefia de cartório. É formadora da Justiça Eleitoral, com atuação em cursos credenciados pela ENFAM, e membro do Grupo de Pesquisa Escola Judiciária Eleitoral Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira e grupo de pesquisa Gênero de Justiça. É mestranda em Direitos Fundamentais pela Universidade de Lisboa, e especialista em Direito Público pela ANAMAGES e em Direito Eleitoral pela Puc Minas. É membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político – ABRADep onde atualmente é relatora do GT Sistema de Votação. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2012540485223925>

**Data:** 19 e 20/032020

**Carga horária:** 3h. Das 14h às 15h30.

Valor R\$1.380,00

**Programa:**

1. O cadastro Eleitoral, onde tudo inicia.
2. Os pedidos de registro de candidaturas: Fechamento do CAND e impacto no geração de mídias e nas candidaturas.
3. A geração de mídia, carga de urnas e lacração de urnas: etapas de auditoria;
4. Distribuição de Urnas e o papel dos mesários.
5. A segurança do processo eletrônico de votação;
6. A urna eletrônica e as dúvidas frequentes;
7. Auditoria do dia das eleições;
9. O processo de totalização e divulgação do resultado.
10. Voto impresso e decisões judiciais.

**2. CURSO DE EXECUÇÃO FISCAL e CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.**

**Formador:** Edson Lima Costa

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Ceará (1997).

Pós-graduado em Direito Eleitoral.

Atualmente é Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Eleitoral.

Professor da Escola Superior da Magistratura do Distrito Federal, Professor do Instituto Avançado de Direito (IAD) e Juiz Formador da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM).

**Data:** 03 a 07/05/2021

**Carga horária:** 15h com 5 encontros de 3h.

**Valor:** R\$ 6.000,00

**Metodologia:** Além do conteúdo teórico, inserida na carga horária está a aplicação de exercícios práticos, destinados à fixação e apreensão do conteúdo ministrado.

**Programa:**

1. Execução Fiscal Eleitoral: a cobrança das multas eleitorais pela Fazenda Pública;
2. Aspectos processuais da execução: legitimidade e condição de procedibilidade;
3. Parcelamento;
4. Competência;
5. O procedimento da execução fiscal: citação, penhora, avaliação e expropriação de bens;
6. As defesas do executado: Embargos à execução fiscal.
7. Cumprimento de sentença. Cobrança pela AGU. Impugnação (defesa do devedor). Aplicação de multa. Resolução TSE n. 23.546/2017.

**3. CURSO LGPD: PROTEÇÃO DE DADOS E PRIVACIDADE**

**Carga horaria:** 4h. Das 14h às 15h.

**Formadora:** Samara Castro

Advogada com atuação nas áreas de Direito Eleitoral e Partidário, Direito Digital, Privacidade e Proteção de Dados. • Vice-Presidente da Comissão de Proteção de Dados e Privacidade da OAB/RJ. • Membro da Comissão de Direito Eleitoral da OAB-RJ. • Membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP) • Membro do Instituto Nacional de Proteção de

Dados (INPD) • Professora convidada da Fundação Konrad Adenauer (Direito Eleitoral Digital). • Professora do Instituto de Tecnologia e Sociedade ITS-Rio (Proteção de Dados e Campanhas Eleitorais). • Professora da Escola Superior da Advocacia - OAB/RJ (Direito Digital) • Professora da PUC-Rio (Direito e Novas Tecnologias) • Observadora Internacional das eleições do Peru pela Transparência Eleitoral. • Curadoria do VII Congresso de Direito Eleitoral do Brasil (VII CBDE) promovido pelo Instituto Paranaense de Direito Eleitoral (IPRADE) • Fellowship Instituto Liberdade Digital • Especialista em Direito e Novas Tecnologias pela PUC-RJ. • Especialista em Ciência de Dados aplicada ao Direito pela PUC-RJ. • Especialista em Direito Eleitoral pela PUC-MG. • Palestrante

**Data:** 124 a 27/05/2020

**Carga horária:** 4h. Das 14h às 16h.

**Valor R\$ 2.000,00**

**Metodologia:**

O curso será realizado ao vivo em sala do Google Meet ou Zoom, conforme preferência do contratante com compartilhamento pelo YouTube para os que possuem link de Streaming. • Serão 4 aulas de 60 minutos cada. Sendo divididos da seguinte forma: 30 minutos para a parte expositiva do tema; 15 minutos para realização de oficinas e simulações com casos reais enfrentados pela Justiça Eleitoral que serão trazidos pela palestrante; 15 minutos para debate bem como perguntas e respostas. • Cada aula terá um questionário e/ou estudo de caso para ser analisado e respondido individualmente pelos participantes. A correção bem como a grade de respostas será encaminhada direto para os participantes e as respectivas dúvidas poderão ser sanadas nos quinze minutos finais de cada aula. • Material fornecido: todos os slides da parte expositiva serão disponibilizados para os participantes. • Carga horária: 4 horas Observação: Sugestão de 6 horas para maior profundidade em todos os temas necessários com pelo menos 30 minutos de exposição de cada eixo proposto. • Sugestão de Data: flexível

**Programa:**

**PROGRAMA DO CURSO - AULA 1** Proteção de Dados Pessoais e Aspectos Jurídicos da LGPD (15 minutos de exposição) • Introdução ao estudo da proteção de dados pessoais privacidade. Legislação geral em vigor no Brasil e promulgação da lei específica (LGPD); • Glossário, Princípios e Direitos do Titular; • Tratamento de dados pessoais pelo Poder Público x Iniciativa Privada; • Operações transfronteiriças e principais cenários de conformidade legal exigida no exterior (GDPR e Safe Harbor); • Dos agentes do tratamento de dados pessoais, suas responsabilidades e deveres; • Fórmulas para impedir o mau uso dos dados das pessoas que navegam na internet; • Da Autoridade Nacional e do Conselho Nacional de Proteção de Dados. • Fiscalização, Supervisão e Sanções.

**PROGRAMA DO CURSO - AULA 1** Critérios Técnicos e Operacionais da LGPD (15 minutos de exposição) • Conceitos indispensáveis da Segurança da Informação e Governança de Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação; • Boas práticas exigidas na LGPD e outros textos legais que abordam a proteção de dados pessoais; • Resposta a incidentes I: Avaliação, documentação e tratamento de incidentes envolvendo dados pessoais; • Resposta a incidentes II: Preservação adequada de evidências, processos de

investigação interna, judicial e administrativa; • Resposta a incidentes III: Construção adequada de um sistema de recuperação de incidentes e registro das lições aprendidas; • Elaboração de programa de atenção e proteção à privacidade e comprometimento para conformidade permanente com a legislação e seus requisitos técnicos .

**PROGRAMA DO CURSO – AULA 2** Gestão avançada dos Dados Pessoais (30 minutos de exposição) • Proteção jurídica adequada para a aquisição de dados novos e reestruturação do legado armazenado; • Interação da LGPD com os demais textos em vigor que tratam sobre o tema; • Desafios a vencer para se respeitar o consentimento do titular e uso adequado do legítimo interesse; • Cuidados com o fornecedor escolhido para gerir a proteção dos dados pessoais e ao executar testes de vulnerabilidade com segurança; • Terceirização do tratamento de dados pessoais - cautelas técnicas e jurídicas a serem atendidas; • Medidas adequadas para capacitação da equipe sobre a proteção de dados pessoais.

**PROGRAMA DO CURSO – AULA 3** Tratamento de dados, profiling e credit scoring (10 minutos de exposição) • Decisão automatizada, riscos de discriminação e como mitigá-lo; • Parâmetros éticos; • Sistemas de pontuação de crédito e os direitos básicos em jogo; • Propostas regulatórias e marcos normativos relacionados ao cadastro positivo; • Tratamento de dados sensíveis e seus requisitos.

**PROGRAMA DO CURSO – AULA 3** A Gestão se Dados Pessoais pela Justiça Eleitoral (20 minutos de exposição) • ELEITORADO. FILIAÇÃO: Filiação ao partido político. Dado pessoal público? Para sempre?; • FALECIDOS: Dados pessoais de pessoas falecidas (eleitores, candidatos, doadores, fornecedores, colaboradores); • CANDIDATURAS: Dados pessoais de candidatos. Privacidade e transparência. História e memória; • CANDIDATOS E TERCEIROS: Dados pessoais - de candidatos e de terceiros - em prestação de contas

**PROGRAMA DO CURSO – AULA 4** CNJ e LGPD nos Tribunais (30 minutos de exposição) • O uso dos dados de processos judiciais (que são públicos); • Propostas encomendadas pelo CNJ ao grupo de trabalho instituído pela Portaria Nº 212 de 15/10/2020; • Antigas listas telefônicas nos cadastros feitos em redes portais e sites? • Oposição do direito individual ao interesse público no Brasil; • O que deve prevalecer o princípio da publicidade ou a proteção da privacidade? • Que limite pode-se impor a divulgação de processos de acompanhamento processual pelos tribunais? • A mineração dos dados nos acervos de tribunais deve ser liberada? Que uso se pode dar a esses dados?

#### **4. CRIMES ELEITORAIS E CRIMES CONEXOS – PROCESSO PENAL ELEITORAL**

**Formador:** Luiz Carlos dos Santos Gonçalves

- ✓ Mestre e Doutor em Direito do Estado pela PUC-SP
- ✓ Procurador Regional da República da 3ª. Região
- ✓ Ex-Procurador Regional Eleitoral de São Paulo (2008/2010; 2016/2019)
- ✓ Procurador Auxiliar na Procuradoria Geral Eleitoral em Brasília (2014/2016)
- ✓ Coordenador do Grupo VI, Crimes Eleitorais e Processo Penal Eleitoral, do Projeto de Sistematização das Normas Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral
- ✓ Professor da Escola Judiciária Eleitoral do TRE-SP

- ✓ Professor da Pós-Graduação em Direito Eleitoral do IDP – Brasília
- ✓ Autor dos livros: “Direito Eleitoral” e “Crimes Eleitorais e Processo Penal Eleitoral” pela Editora Atlas/Gen, São Paulo.

**Data:** 7, 9, 10, 14, 16, 17, 21 e 22/06/2021

**Carga horária:** 20h - das 13h30 às 15h

**Valor:** R\$ 10.000,00

**Metodologia:** O curso será oferecido presencialmente ou pela internet, a critério do Tribunal Regional Eleitoral do Pará. Em ambas as hipóteses, as aulas incluirão uma parte inicial expositiva do professor, com indicação das normas constitucionais, legais ou resolucionais aplicáveis ao tema, acompanhadas de indicativos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral.

Acórdãos ou textos doutrinários serão previamente indicados pelo professor, sendo utilizados na segunda parte das aulas, nas quais questões ou casos concretos serão fornecidos para estudo e debate dos alunos. Se se tratarem de textos sem restrições de disponibilidade, o professor indicará o “link” ou os fornecerá no formato “PDF”.

Haverá uso de ferramenta tecnológica (“Moddle”, “Teams”) que permitirá a formulação de dúvidas ou questionamentos pelos alunos. Na parte final das aulas, os casos concretos serão debatidos, as questões respondidas e as dúvidas mais relevantes esclarecidas pelo professor.

Ao final do curso, os alunos deverão apresentar relatório circunstanciado do temário exposto nos itens I, II ou III do programa.

**Programa:**

I. Dos Crimes Eleitorais.

1. Crimes eleitorais e Constituição: a democracia e a lisura das eleições como bem jurídico;

1.1. Recepção e não recepção constitucional de crimes eleitorais;

2. Fontes normativas dos crimes eleitorais;

3. Classificação dos crimes eleitorais;

4. A parte geral dos crimes eleitorais;

5. A aplicação subsidiária do Código Penal;

6. Os principais crimes do Código Eleitoral;

6.1. crimes contra o alistamento eleitoral;

6.2. crimes contra a liberdade de voto;

6.3. o crime de corrupção eleitoral;

6.4. os crimes eleitorais contra a honra;

6.5. o crime de denúncia caluniosa eleitoral;

6.6. os crimes de falso eleitoral;

6.7. a apropriação indébita eleitoral;

7. Os crimes da Lei 9.504/97;

8. O crime da Lei Complementar 64/90;

9. O crime de transporte de eleitores.

II. Processo Penal Eleitoral

1. Competência para processar e julgar crimes eleitorais;

1.1. A regra geral da competência criminal eleitoral;

1.2. O foro por prerrogativa de função;

1.2.1. A Decisão do Supremo Tribunal Federal na Ação Penal 937

2. A investigação dos crimes eleitorais;

2.1. A polícia judiciária eleitoral;

- 2.2. O inquérito policial eleitoral;
- 2.3. A Resolução 23.396 do TSE
- 2.4. A investigação pelo Ministério Público Eleitoral
  - 2.4.1. Resolução n. 181 do Conselho Nacional do Ministério Público
3. As provas na investigação criminal eleitoral;
- 3.1. Provas lícitas e provas ilícitas
- 3.2. Limitações relativas aos testemunhos
- 3.3. A prova emprestada
- 3.4. A Lei das Organizações Criminosas e sua aplicação eleitoral;
  4. A prisão no processo penal eleitoral
    - 4.1. A aplicação subsidiária do Código de Processo Penal
    - 4.2. A inexistência da prisão temporária eleitoral;
    - 4.3. Imunidades eleitorais à prisão;
    5. Justiça Penal Eleitoral transaccional:
      - 5.1. crimes de menor potencial ofensivo;
      - 5.2. acordo de não persecução penal;
    6. Rito processual criminal eleitoral;
      - 6.1. garantias processuais e Resolução 23.396 do TSE;
      - 6.2. rito dos processos de competência originária;
    7. Recursos no processo penal eleitoral;
- III – Crimes conexos aos crimes eleitorais;
  1. Conceito e modalidades de conexão;
  2. O artigo 35 do Código Eleitoral;
  3. A decisão do Supremo Tribunal Federal no Inquérito 4.435
  4. A Justiça Eleitoral e sua “competência para fixar competência”;
  5. Conexão e reunião de processos
    6. O crime de falsidade ideológica eleitoral, nos casos de “Caixa 2” e sua força atrativa de crimes comuns conexos;
      5. Crime eleitoral e crime doloso contra a vida;
      6. Crime eleitoral e lavagem de dinheiro;
      7. Crime eleitoral e crimes contra a administração pública
      8. Crime eleitoral e organização criminosa;
  9. As varas criminais eleitorais especializadas: análise da Resolução n. 23.618, de 7 de maio de 2020
    10. rito processual para os crimes eleitorais e conexos.

## **5. CONTENCIOSO ELEITORAL DE CASSAÇÃO**

**Formador:** Frederico Franco Alvim

Analista Judiciário do Tribunal Superior Eleitoral. Lotação: Gabinete do Ministro Edson Fachin.

Ex-Assessor Especial da Presidência do Tribunal Superior Eleitoral. Assessor de Ministro do Tribunal Superior Eleitoral. Pesquisador e Membro fundador da Academia Brasileira de Direito Eleitoral.

Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais (Universidad del Museo Social Argentino). Doutorando em Ciência Política (Universidade de Lisboa). Mestre em Direito (Universidade Metodista de Piracicaba).

Especialista em Direito Eleitoral (Universidad Nacional Autónoma de México).

Especialista em Direito e Processo Eleitoral (Universidade Federal de Goiás).

Especialista em Poder Judiciário com ênfase em Direito Eleitoral (AVM/EJE-MT).

**Data:** 13, 15, 20 e 22/09/2021

**Carga horária:** 15h. Das 13h às 15h30min.

**Valor:** R\$ 5.000,00

**Conteúdo programático:**

- ✓ A legitimidade dos processos eleitorais: conceito, significado e dimensões.
- ✓ A tutela jurisdicional da legitimidade eleitoral.
- ✓ Abuso de poder. Conceitos e características.
- ✓ O uso lícito de recursos de poder nas competições eleitorais.
- ✓ O uso ilícito de recursos de poder nas competições eleitorais.
- ✓ Formas típicas de abuso: (i) abuso de poder político; (ii) abuso de poder econômico; (iii) uso indevido dos meios de comunicação social.
- ✓ Análise da gravidade das circunstâncias em ações de abuso de poder.
- ✓ Condutas vedadas a agentes públicos no período eleitoral.
- ✓ Captação ilícita de sufrágio.
- ✓ Captação e gastos ilícitos de recursos.
- ✓ Fraude e corrupção eleitoral.

## **6. DIREITO ELEITORAL DIGITAL: Eleições 2022 – Novos paradigmas e novos desafios das Eleições 4.0**

**Formador:** Alexandre Basílio

Instrutor Certificado pela ENFAM – FOFO. Coordenador do grupo temático de Propaganda Eleitoral do TSE para aprimorar as resoluções Eleitorais para as próximas eleições a convite do in. Fachin, responsável pelo EIXO 3, composto por Propaganda Política, Direito de Resposta, Pesquisas Eleitorais e Poder de Polícia. membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político – AB ADEPa Analista Judiciário – Área Judiciária do Tribunal regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, onde atua como assessor dos Juízes membros da Corte Eleitoral. membro do Grupo de Trabalho para reduzir as inconsistências da legislação eleitoral para 2022, nomeado pelo ministro Edson Fachin, conforme Portaria 879 de 09 de dezembro de 2020. Ex-servidor do T E-PB onde atuou como Assessor Jurídico da Procuradoria regional Eleitoral, do Gabinete do Juiz Federal membro e da Vice-Presidência até 2016. Membro da Comissão Científica da Escola Judiciária do TRE-PB até 2016. Foi o Coordenador do Gabinete dos Juízes Auxiliares de Propaganda /Eleições 2014. mestrando em Ciência Política pela Universidade de Lisboa – 2020/2022a Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa. Bacharel em Ciência Política pelo Centro Universitário Internacional de Curitiba. Pós-Graduado em Direito Digital e Compliance pelo Complexo Damásio. Pós-Graduado em Direito e Processo Eleitoral.

**Sugestão de data:** 1º, 8, 15, 22; 29/10 e 5/11/2021

**Carga horária:** 30h. 3h por dia das 9h às 12h.

Valor: R\$ 15.000,00

**Metodologia:** O Curso será permeado de análise dos principais casos concretos julgados pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelos demais tribunais eleitorais brasileiros em 2018, 2019 e 2020. 60 % do curso é composto por aulas síncronas, ao vivo, transmitidas por meio da ferramenta Zoom ou semelhante, sendo possível a presença de até 100 alunos. 40% do curso é composto por atividade assíncrona, realizado em ambiente online no qual os alunos receberão material de apoio, indicação de vídeos e questões para

reflexão em fórum, acompanhado de exercícios para avaliação de aprendizagem. \*Ao professor fica resguardado o direito de alterar pontos específicos do curso em caso de novas decisões publicadas pelos tribunais, bem como adaptar o conteúdo às necessidades específicas do Tribunal contratante, sem diminuição de carga horária. Prática e metodologia ativa Prestigiando as metodologias ativas recomendadas pela ENFA, o curso conta com fóruns de discussão ao final de cada módulo, ambiente por meio do qual os alunos consolidam a aprendizagem. Sobre as aulas: As aulas são expositivas, didáticas, transmitidas com qualidade de estúdio, disponíveis apenas para os Servidores e Juizes inscritos no curso. Apresentação de casos concretos já julgados, deba

### **Programa:**

Conteúdo Programático: MÓDULO I 1) Introdução ao Direito Digital – Internet, a revolução do Século. 1.1 – Evolução dos meios de comunicação e o Direito Eleitoral 1.2 – Tecnologia e Eleições. 1.2.1 – Uso do rádio. 1.2.2 – Uso da TV 1.2.3 – Barack Obama e o uso da Internet em 2008 1.2.4 – Eleições e Big Data – Breeit e Trump. 1.2.5 – Eleições Brasil 2018 – As eleições das Fakenews. 1.2.6 – Eleições Brasil 2020 – As eleições da Pandemia. 1.2.7 – Eleições 2022 – expectativas. MÓDULO II 2) Direito Eleitoral permanente. As campanhas eleitorais de 727 dias. 2.1 – Desafios quanto à conceituação da Propaganda Política 2.2 – Propaganda Partidária na Internet 2.3 – Propaganda Intrapartidária e transmissão das Convenções partidária 2.4 – Propaganda Eleitoral 2.4.1 – Propaganda eleitoral e pré-campanha 2.4.2 – Art. 36-A e Art. 57-B, aspectos controversos 2.5 - Jurisprudência atual e aspectos prático 2.6 – Abrangência dos gastos direcionados às eleições e o art. 26, II da Lei 9.504/97a MÓDULO III 3) Impulsioneamento de campanhas e outros recursos de difusão política 3.1 – As 7 regras de ouro sobre o impulsioneamento de campanhas; 3.2 - impulsioneamento das campanhas eleitorais e Investimento e resultado 3.3 – Impulsioneamento – Conceito e principais tipos utilizados em 2020. 3.5 – Big data e Segmentação – Profiling e icrotarget. 3.4. – monopólio do Impulsioneamento no Brasil – uma questão a ser discuta. 3.5 – Impulsioneamento irregular -previsão legal de multa. 3.6 – Investimento dos candidatos em ídias sociais e resultado das Eleições. 3.7 – Lives patrocinadas com conteúdo político e Evento de Arrecadação: O Caso Caetano Veloso. MÓDULO IV 4. – Propaganda eleitoral em programas de mensageira; 4.1 – Uso do Whatsapp como meio de divulgação de campanhas 4.2 - Entendendo os disparos em massa. Casos concretos. 4.3 – Criação de listas de transmissão com mensagens políticas. 4.4 – Autotomização do envio de mensagens por bots. Exemplo real em sala de aula. Veja um Bot funcionando. 4.5 – Programas de mensageiria e a privacidade do canal de comunicação. 4.6 – Jurisprudência importante: O Caso Itabaianinha. MÓDULO V 5) Quebra de paradigma – Zeitgeist; 5.1 – Principais mudanças aplicadas nas eleições de 2018 e 2020. Papel ativo do eleitorado. 5.2 - A revolução digital vai matar a propaganda eleitoral no rádio e TV? 5.3 – Quando a propaganda eleitoral na internet faz diferença. 5.4 – O que vem por aí? Como a mídia tradicional vai se adaptar aos novos tempos? 5.5 – Propaganda Eleitoral Digital imprópria. O que nos ensina A Lei do Cavalo. 5.6 – Capital social e a violência das ordens judiciais de remoção de conteúdo – Interferência mínima da Justiça Eleitoral. 5.7 – Ódio na internet. Fragmentação da mídia política e hiperpolarização do eleitorado. MÓDULO VI

6) Poder de Polícia - 6.1 – Previsão legal – Código Eleitoral, Lei 9.504/97 e resolução 6.2 – medidas de coerção 6.2.1 – Crime de desobediência 6.2.2 – Astreintes 6.2.3 – Portarias, Termo de Ajustamento de Conduta e acordos de cavalheirosa 6.3 - Ubiquidade das infrações eleitorais relacionadas à propaganda na internet. 6.4 – Ausência de previsão legal de multa para infrações eleitorais. 6.5 – Pedido administrativo de remoção de conteúdo Limites de atuação do Juiz Eleitoral segundo o arco Civil da Internet. 6.6 – Investigação de responsabilidade e o art. 35 da es. 23.551/2017a 6.7 – Atuação dos Juízes Eleitorais Zonais nas eleições 2022. MÓDULO VII 7) Anonimato na Internet; 7.1 – Previsão constitucional 7.2 – A liberdade de manifestação e expressão e a preferred position 7.3 – A posição da Justiça Eleitoral e o chilling effect 7.4 – Conceito de anonimato para o TSE. 7.5 – Investigação de autoria 7.6 – Cadeia de Custódia – Blockchain, Original y, Verifact ou certidão do cartório: como resguardar a prova digital. 7.7 – emoção de conteúdo MÓDULO VIII 8 – Infraestrutura da Internet e OSINT Eleitoral. 8.1 – Infraestrutura da Internet – Conceitos Básicos. 8.2 – IPV4 e IPV6 8.3 – CGNAT e Portas Lógicas. 8.4 – Identificando os papéis: provedor de conteúdo e provedor de conexão, responsabilidades específicas. 8.5 – Notificando os responsáveis – artigos 13 e 15 do CI. 8.6 – Quando tudo der errado, “follow the money”a 8.7 – arco Civil da Internet e questões prática 8.8 – O art. 57-J e a resolução do TSE. MÓDULO IX 09 – Direito de Resposta na Internet; 9.1 – rito e prazos do art. 58 da Lei 9.504/97. 9.2 – Os desafios do direito de resposta na Internet 9.3 – Direito de resposta em mídias sociais 9.4 – Dando efetividade ao Direito de resposta 9.5 – Direito de resposta e Dever de esclarecimento quanto às Fakenews – Atuação do ministério Público na proteção dos direitos Individuais homogêneos. 9.4 – Anonimato e Direito de resposta – questões essenciais 9.5 – resolução do TSE e direito de resposta 9.6 – Efetividade mínima do direito de resposta na internet 9.7 – Crimes Eleitorais Digitais. MÓDULO XI 10 – Fake News - Mídia fragmentada e eleitorado hiperpolarizado, ambiente perfeito para desinformação. 10.1 – Conceitos importantes 10.2 – A atuação da Justiça Eleitoral contra as fake news. 10.3 – A Justiça Eleitoral como principal alvo da desinformação sobre as eleições de 2018/2020. 10.4 – Deepfakes – Entendendo os procedimentos para criação e removendo o conteúdo. 10.5 – Expectativas para 2022. O rito de Sísifo e a preparação dos Tribunais para as próximas eleições quanto ao combate à desinformação. 10.6 – etas específicas do CNJ para 2019. MÓDULO XI 11. Lei Geral de Proteção de Dados. 11.1 – Histórico da proteção à privacidade. 11.2 – Conceito de Privacidade. 11.3 – Privacidade e Obscuridade 11.3 – Conceitos importantes e Princípios essenciais 11.4 – Bases legais de tratamento 11.5 – LGDP e Direito Eleitoral: desafios para compartilhar os institutos.

## 7. UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA

**Formador:** Osmar Mendes Paixão Côrtes

**Sugestão de data:** 16 a 19/ 08/2021

**Carga horária:** 12h. Das 13h às 16h.

**Metodologia:**

**Programa:** Uniformização da jurisprudência e a realização do papel constitucional das Cortes Superiores. Estudar o papel constitucional das Cortes Superiores. Demonstrar ao aluno os aspectos legais, doutrinários e

jurisprudenciais sobre a uniformização da jurisprudência nos Tribunais Superiores. Estimular o aluno a posicionar-se dentro da mudança de paradigma – as Cortes Superiores buscam cada vez mais um papel uniformizador de teses e menos de órgãos julgadores de casos individuais. Tratar-se-á, por consequência, de instrumentos para a uniformização da jurisprudência e para o controle da aplicação da jurisprudência.

## **8. DIREITO PROCESSUAL PENAL ELEITORAL E SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA**

**Formador:** Volgane Oliveira Carvalho

Mestre em Direito pela PUC-RS. Analista Judiciário do TRE-MA. Coordenador do Conselho Fiscal da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP). Professor de cursos de Graduação e Pós-Graduação em Direito. Instrutor de Escolas Judiciárias Eleitorais (Rio de Janeiro, Maranhão, Rondônia, Rio Grande do Norte e Piauí). Autor de livros de Direito Eleitoral e Direito Penal.

**Data:** 29 e 30/11 e 1º, 2, 6, 7, 8 e 9/12/2021

**Carga horária:** 24h. 3h por dia das 13h às 16h.

**Valor:** R\$ 12.000,00

**Metodologia:** Tempestade de ideias seguida de aula expositiva dialogada.

Estudo de caso e aula expositiva dialogada.

Estudo de casos, análise jurisprudencial e sistematização das ideias.

**Programa:**

### **1 INQUÉRITO POLICIAL ELEITORAL**

- 1.1 Polícia judiciária eleitoral
- 1.2 Instauração do inquérito policial eleitoral
- 1.3 Características do inquérito policial eleitoral
- 1.4 Notícia-crime eleitoral
- 1.5 Prisão em flagrante
- 1.6 Audiência de custódia eleitoral
- 1.7 Instauração do inquérito policial eleitoral
- 1.8 Juiz de garantias
- 1.9 Acordo de não persecução penal eleitoral

### **2 AÇÃO PENAL ELEITORAL**

- 2.1 Ação privada subsidiária da pública
- 2.2 Ação pública subsidiária da pública
- 2.3 Condições da ação
- 2.4 Denúncia eleitoral

### **3 COMPETÊNCIA PENAL ELEITORAL**

- 3.1 Espécies de competências penais
- 3.2 Definição competências penais

### **4 PROCEDIMENTOS PROCESSUAIS: CPP + CE**

- 4.1 Ajuizamento da ação
- 4.2 Citação do acusado
- 4.3 Carta precatória
- 4.4 Defesa
- 4.5 Réplica
- 4.6 Saneamento processual

### **5 PROCEDIMENTOS PROCESSUAIS: TRANSAÇÃO PENAL (LEI Nº 9.099/95)**

6 PROCEDIMENTOS PROCESSUAIS: PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO  
(LEI Nº 9.099/95)

7 PROCEDIMENTOS PROCESSUAIS: SUSPENSÃO CONDICIONAL DO  
PROCESSO (LEI Nº 9.099/95)

8 PROVAS

8.1 Provas ilícitas

8.2 Sistema de apreciação das provas

8.3 Provas em espécie

9 MEDIDAS CAUTELARES

10 PRISÕES

10.1 Prisão preventiva

10.2 Prisão em flagrante na seara eleitoral

10.3 Prisão em período eleitoral especial

10.4 Liberdade provisória

11 NULIDADES

12- SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA

12.1- Dosimetria da pena eleitoral

12.2- Primeira fase da dosimetria

12.3- Segunda fase da dosimetria

12.4- Terceira fase da dosimetria

12.5- Consolidação da decisão

**Obs: SEMINÁRIO: A AUTONOMIA DA JUSTIÇA ELEITORAL FRENTE OS  
PODERES ELEITOS** será organizado posteriormente, mas não possui  
custos para a EJE/PA.

## 14. TABELA DE GASTOS

CURSO	NOME	CONTATO	ORÇAMENTO	CH
EXECUÇÃO FISCAL E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA Edson Costa <b>Especialista</b>		Instagram: @profedsoncosta	<b>R\$ 6.962,40</b> R\$ 464,16H/A	15h
CRIMES ELEITORAIS E CRIMES CONEXOS – PROCESSO PENAL ELEITORAL Luiz Carlos dos Santos Gonçalves <b>Doutor</b>		<a href="mailto:lcsgonline@gmail.com">lcsgonline@gmail.com</a>	<b>R\$ 10.375,20</b> R\$ 518,76 H/A	20h
DIREITO ELEITORAL DIGITAL: Eleições 2022 – Novos paradigmas e novos desafios das Eleições 4.0 Alexandre Basílio <b>Especialista</b>		<a href="mailto:abcoura@gmail.com">abcoura@gmail.com</a>	<b>R\$ 15.000,00</b> R\$ 500,00 H/A	30h
SEGURANÇA E CREDIBILIDADE DO PROCESSO ELEITORAL Juliana de Freitas Dornelas <b>Especialista</b>		<a href="mailto:julianadornelas@gmail.com">julianadornelas@gmail.com</a>	<b>R\$ 1.392,48</b> R\$ 464,16 H/A	3h
CONTENCIOSO ELEITORAL DE CASSAÇÃO Frederico Franco Alvim <b>Doutor</b>		<a href="mailto:fredericoalvim@yahoo.com">fredericoalvim@yahoo.com</a>	<b>R\$ 5.187,60</b> R\$ 518,76 H/A	10h
DIREITO PROCESSUAL PENAL ELEITORAL E SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA Volgane Oliveira Carvalho <b>Mestre</b>		<a href="mailto:volganeoc@gmail.com">volganeoc@gmail.com</a>	<b>R\$ 11.795,04</b> R\$ 491,46 H/A	24h
LGPD: PROTEÇÃO DE DADOS E PRIVACIDADE Samara Castro <b>Especialista</b>		<a href="mailto:samara@esadvogadas.com.br">samara@esadvogadas.com.br</a>	<b>R\$ 2.000,00</b> R\$ 500,00 H/A	4h
Seminário: A autonomia da Justiça Eleitoral frente aos poderes eleitos Coordenação: Diogo Seixas Condurú			Sem custo	9h
UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA Osmar Mendes Paixão Côrtes		<a href="mailto:osmar@paixaocortes.adv.br">osmar@paixaocortes.adv.br</a>	<b>R\$ 6.225,12</b> R\$ 518,76 H/A	12h
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 58.937,84</b>	<b>127</b>

Obs: Os valores pagos por hora/aula correspondem a porcentagem por grau de escolaridade do maior vencimento da Administração Pública Federal, conforme Resolução TSE 23.545/17 e Portaria 24.839/2020 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.